



OPORTUNIDADES E RISCOS DA CRESCENTE EXPLORAÇÃO DE AQUÍFEROS COSTEIROS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MOÇAMBIQUE

Palalane, Jaime (ipalalane@gmail.com); Juízo, Dinis; Mussá, Fátima

RESUMO

Moçambique tem registado uma elevada taxa de crescimento populacional estimada em 2,8% ano segundo os dados do Censo Geral da População de 2017 (INE, 2019). Este elevado crescimento populacional não é acompanhado por uma infraestruturização ao ritmo correspondente em parte dos sectores como é o caso do sector de abastecimento de água. Para o sector de abastecimento de água, a percentagem de população com acesso a água potável cresceu de 34,5% para 48,7% no período 2007 – 2017 (INE, 2019).

Nos centros urbanos, a situação actual de investimentos públicos abaixo do limiar para um desenvolvimento de infraestruturas de abastecimento de água que possam acomodar a crescente demanda, tem estado a contribuir para uma crescente exploração de águas subterrâneas em detrimento das águas superficiais. Este cenário é ditado pelos altos custos de investimentos necessários para a exploração de águas superficiais quando comparadas com a exploração de águas subterrâneas. Um maior investimento é necessário para o seu tratamento, que é mais exigente; em alguns casos são necessárias barragens para a regularização de caudal de modo a que haja água disponível em quantidade suficiente durante todo o ano; e condutas adutoras para o transporte da água das albufeiras para ETAs e/ou centros distribuidores.

O relativo baixo nível de investimento necessário para a exploração de água subterrânea, aliado ao reduzido ritmo de infraestruturização por parte do sector público, levou ao surgimento de fornecedores privados de água. Um levantamento recente realizado pela DNAAS identificou que existiam em Moçambique 1830 sistemas privados de abastecimento de água privados no ano de 2018 com maior concentração na zona sul do país, em especial na Região do Grande Maputo (SPEED 2018). Estes sistemas servem uma população aproximada 2 milhões de habitantes. A prolongada seca que tem afectado a região sul de Moçambique e parte da região da África Austral, incluindo a Bacia de Umbeluzi, onde foi construída a Barragem dos Pequenos Libombos que abastece a Região do Grande Maputo, forçou a introdução de restrições no abastecimento de água desde o ano 2017. Para aliviar as restrições e reduzir o seu impacto negativo foram reactivados furos de água e abertos novos furos pelos provedores públicos do serviço. Na Cidade de Pemba, há registos de subidas nos teores de salinidade nas fontes de água subterrânea durante a época seca, um indicativo de que a exploração de água no Aquífero de Metuge pode estar acima do sustentável.

Embora reconhecendo que a exploração de aquíferos tem estado a contribuir de forma efectiva para garantir o acesso a água potável, criação de emprego com um maior envolvimento do sector privado e viabilização de actividades produtivas que demandam este recurso, a sua crescente abstracção alerta para a necessidade de adopção de medidas que assegurem a exploração sustentável, reduzindo o risco de sobre-exploração. Destacam-se: (i) realização de estudos para a definição de limites de exploração sustentável tendo em consideração as recargas anuais dos aquíferos; (ii) reforço do cumprimento do Regulamento de Pesquisa e Exploração de Águas Subterrâneas eliminando-se a abertura de furos sem autorização das Administrações Regionais de Água (ARAs) e a proliferação de furos não licenciados; (iii) reforço dos mecanismos de monitoria das ARAs que podem ser autossustentáveis com a cobrança efectiva das taxas de exploração de água bruta; (iv) maior colaboração e partilha de experiência entre as ARAs de modo a que mecanismos funcionais e eficientes de monitoria, cobrança e licenciamento sejam implementadas por todas reduzindo os desníveis existentes entre elas.